

# FIZESTE-O OUTRA VEZ, SEGURO



FOTO MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

DANIEL OLIVEIRA - DANIELOLIVEIRA.LX@GMAIL.COM

Se o Governo achasse que a contrarreforma laboral era fundamental para o país, ela teria aparecido, com esta abrangência, no seu programa eleitoral ou de Governo. Nem sequer o é para a maioria dos empresários, com dificuldade em contratar. A ministra do Trabalho deixou claro que nunca cederia nas traves mestras.

Nas sucessivas propostas, manteve sempre o propósito de generalizar a precariedade num dos países com maior rotação de emprego, com mais liberalização dos contratos a termo, alargamento dos contratos de muito curta duração, descriminalização do trabalho não declarado, eliminação do direito de acesso dos trabalhadores das plataformas digitais a contrato de trabalho.

Nem teve problemas em defender que o outsourcing pode servir para substituir trabalhadores de forma a reduzir os custos do trabalho numa economia viciada em salários baixos.

Enquanto compensar pagar pouco e manter precário em vez de qualificar, será esse o caminho.

Esta é uma proposta anacrónica, onde nem uma linha se escreve sobre novos desafios, como a IA. É feita para perpetuar as vantagens concorrenciais dos empresários do passado.

O Governo não negociou com a CGTP e apenas incorporou cedências laterais, mantendo intactas as opções que colidiam com as linhas vermelhas da UGT: reintroduziu o banco de horas individual, aumentou o limite do trabalho suplementar, flexibilizou o recurso ao outsourcing em caso de despedimento e alargou a possibilidade de as empresas se oporem à reintegração de trabalhadores despedidos ilegalmente. Nem sequer fez cedências significativas às exigências semelhantes que Seguro tinha feito como candidato. De pouco vale dizer que se negociou durante nove meses e se mudaram dezenas de artigos se as razões que levaram à greve geral se mantêm. As cedências vendidas a peso à comunicação social, mas sempre no acessório, apenas serviram para construir a narrativa da intransigência sindical enquanto o único argumento negocial do Governo era a chantagem: ou a UGT aceitava, ou as conversas seriam com o Chega.

Mas, segundo o último barómetro do “Correio da Manhã”, 77% acham que esta contrarreforma vai beneficiar mais os patrões e deveria beneficiar mais os trabalhadores. Perante isto, não sei o que fará Ventura. Se puder, mudará umas coisas simbólicas, negociará umas contrapartidas e criará outra polémica para entreter o pagode.

Mas este código laboral nascerá com pés de barro. Não foi proposto aos eleitores, não foi acordado na Concertação Social, é recusado pelo país, depende do apoio de um partido de oportunistas e julgam os que, como eu, votaram e acreditaram em Seguro, terá o veto do Presidente.

**A pressão sobre a UGT foi ditada pelo cálculo: Seguro quer livrar-se do**

**compromisso feito quando precisava de votos para chegar à segunda volta, evitando um confronto que o Governo não teme. Prova de que a força política não depende apenas do voto. Seguro não consegue superar a condição de “mal menor”**

A “abstenção violenta” do PS foi, no tempo da troika, fundamental para Passos Coelho ser, nas palavras do antigo alto responsável do BCE Nuno Cassola, “mais papista do que o Papa”. Depois de nos ter jurado que isso resultou da emergência que então se vivia, Seguro parece querer cumprir o mesmo papel, prejudicando os mesmos. E, em coordenação com o Governo (que usou interferência partidária sobre os TSD), levou para lá de todos os limites a pressão para que a UGT aceitasse uma brutal derrota num momento em que os trabalhadores até têm um poder negocial reforçado. Não funcionou como mediador, mas como instrumento da parte mais extremada. E não o faz em nome da moderação. Fá-lo em nome de cálculos políticos pessoais.

Na campanha, Seguro sabia que só chegava à segunda volta se fizesse o pleno de um eleitorado que não morria de amores por ele. Para lhe adoçar a boca, prometeu vetar uma nova lei laboral que não resultasse de um acordo na Concertação Social.

Chegado ao poder, dedicou o último mês a arranjar forma de fugir ao seu compromisso. Bem sabe que o ponto de partida, com as suas inamovíveis traves mestras, nunca permitiria um acordo equilibrado. Que a chantagem da substituição dos sindicatos pelo Chega foi o único argumento negocial do Governo. Que a sua pressão não é para as partes se encontrarem, mas para que os sindicatos aceitem um terramoto laboral que os trabalhadores recusam. Que a cedência da UGT acabaria com a sua credibilidade sindical. Mas o seu cálculo só tem um objetivo: evitar um confronto institucional com o Governo em início de mandato. São bem mais fáceis os raspanetes inconsequentes nas zonas afetadas pelas tempestades.

Sendo evidente que o Governo não teme esse embate, a sua desesperada pressão sobre a UGT foi, por si só, um sinal de fraqueza. Extraordinário, vindo de um Presidente que acabou de ter dois terços dos votos perante um Governo que as sondagens dão como impopular. Prova de que a força política não depende apenas do voto. No fundo, Seguro sabe que foi o “mal menor”. E, por agora, não consegue superar essa condição.